

**OFERTA DE DISCIPLINAS**

						<b>ANO E SEMESTRE</b> 2020/2
<b>PROFESSOR(ES)</b>						
Camila Silva Nicácio						
<b>CÓDIGO DA DISCIPLINA</b>						
DIR 886						
<b>TEMA</b>						
TEMAS DE ANTROPOLOGIA JURÍDICA						
<b>SUBTEMA (LIVREMENTE ESCOLHIDO PELO DOCENTE)</b>						
Tópicos em Antropologia do Direito : O Direito como Objeto de Estudo da Antropologia: Desenvolvimento e Perspectivas						
<b>AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA NA MODALIDADE DISCIPLINA ISOLADA?</b>						
( X ) Sim ( ) Não						
<b>AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA DE GRADUANDO NA MODALIDADE DISCIPLINA ELETIVA?</b>						
( X ) Sim ( ) Não						
<b>DIA DA SEMANA</b>	<b>HORÁRIO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>CRÉDITOS</b>	<b>VAGAS</b>	<b>TIPO DA DISCIPLINA</b>	
TERÇA-FEIRA	8H-11H30	60H	4	20	REMOTO	

<b>PARTICIPAÇÃO DE PROFESSOR(ES) CONVIDADO(S)?</b>	
( X ) Sim ( ) Não	
<b>NOME(S) DO(S) PARTICIPANTE(S)</b>	<b>INSTITUIÇÃO (UNIDADE)</b>
LUÍS ROBERTO CARDOSO DE OLIVERIA	UNB – ANTROPOLOGIA
ANA LÚCIA PASTORE SCHRITZMEYER	USP – ANTROPOLOGIA
BÁRBARA LUPPETTI	UFF – DIREITO

<b>EMENTA (LIVREMENTE INDICADA PELO DOCENTE)</b>
( X ) Sim ( ) Não
<p>A disciplina objetiva a formação continuada dos alunos para a potencialidade do debate interdisciplinar que envolve antropologia e direito, a partir tanto de discussões caras à teoria antropológica quanto da análise de pesquisas etnográficas e do desvelamento dos fenômenos jurídicos por elas propiciado. Nesse primeiro momento, o recorte privilegiado tratará da formação da antropologia do direito e dos temas etnográficos relevantes às discussões sobre lei, direito primitivo, sanção, crime, conflito e sensibilidades jurídicas. O objetivo é sensibilizar os alunos acerca da perspectiva etnográfica sobre o direito em contextos culturais variados e apresentar discussões ainda pertinentes à práxis do direito contemporâneo. Para tanto, a disciplina se dividirá nas seguintes unidades:</p> <p>Unidade I: Os primórdios do direito como objeto de estudo antropológico Unidade II: O ramo da "antropologia do direito" e registro colonial Unidade III: Sistemas de justiça comparados: saberes localizados e conhecimentos situados Unidade IV: Mudando o foco ou "quando os índios somos nós" Unidade V: Antropologia do direito à brasileira</p>

<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>
<b>Unidade I:</b> MAINE, Henry Sumner. <i>Ancient law</i> . London: J.M. Dent & Sons; New York: E. P. Dutton, 1936. (Introdução e Cap. 5)



RADCLIFFE-BROWN, A. R. 1973 "O Direito Primitivo", in *Estrutura e Função na Sociedade Primitiva*, Petrópolis: Editora Vozes LTDA, pp. 260-69.

MALINOWSKI, Bronislaw. O crime primitivo e seu castigo. In: *Crime e costume na sociedade selvagem*. Brasília: Ed. UnB, 2008. pp. 57-96.

LÉVY-BRUHL, H. L'ethnologie juridique: définition et histoire. In: POIRIER, Jean (dir.). *Ethnologie générale*. Paris: Gallimard, 1966.

LÉVY-BRUHL, H. *Sociologia do direito*. Tradução Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: \_\_\_\_\_. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EDUSP, 1974.

GODBOUT, J. T. 1998 "Introdução à Dádiva". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* nº 38, vol. 13, pp. 39-51.

DAVIS, Shelton. Introdução. In: *Antropologia do Direito: estudo comparativo da categoria de dívida e contrato*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

#### Unidade II:

GLUCKMAN, Max 1969 "Concepts in the Comparative Study of Tribal Law," in *Law in Culture and Society* (L. Nader, org.). Chicago: Aldine. pp. 349-373

GLUCKMAN, Max. Obrigação e Dívida. In: Davis, S. *Antropologia do Direito: estudo comparativo da categoria de dívida e contrato*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

BOHANNAN, Paul. A categoria Injo na sociedade Tiv. In: Davis, S. *Antropologia do Direito: estudo comparativo da categoria de dívida e contrato*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

HOEBEL, E. A. *The Law of Primitive Man: A study in comparative legal dynamics*. Cambridge: Harvard University Press, 1954. (Cap. 1)

LLEWELLYN, K. & E. HOEBEL 1941/83 *The Cheyenne Way*, University of Oklahoma Press.

#### Unidade III:

GEERTZ, Clifford. O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa. In: *O Saber Local: Novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. (Cap. 3 e cap. 8).

VON BENDA-BECKMANN, Fraz. Property in Social Continuity. Brill Publishers, 1979.

VON BENDA-BECKMANN, Fraz. Who's afraid of legal pluralism? *The Journal of Legal Pluralism and Unofficial Law*, v. 34, n. 47, p. 37-82, 2002.

VON BENDA-BECKMANN, Fraz. Changing Legal Pluralism in Indonesia. ?, p. 1-23, 1992.

#### Unidade IV:

MOORE, Sally Falk. *Law as Process: an anthropological approach*. 1978. London; Boston: Routledge & K. Paul, 1978. (Introdução e caps. 3 e 6)

NADER, Laura; Todd Jr, Harry F. (Ed.). *The disputing process: law in ten societies*. 1978. New York: Columbia University Press, 1978. (Introdução)

NADER, Laura. *A Civilização e seus negociadores: a harmonia como técnica de pacificação*. In: \_\_\_\_\_. Anais da XIX reunião Brasileira de Antropologia. Niterói: 1994. p. 43-66.

MERRY, Sally Engle; SILBEY, Susan (1984), "What do plaintiffs want? Reexamining the concept of dispute", *Justice System Journal*, 9: 151-79.

BOURDIEU, Pierre (1989), "A força do direito. Elementos para uma Sociologia do campo jurídico", in \_\_\_\_\_, *O poder simbólico*, Rio de Janeiro, Bertrând Brasil. pp. 209-54.

CEFAI, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas: O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). *Novos estud. CEBRAP*, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 187-213, Mar. 2017.

CEFAI, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas: O que nos ensina o pragmatismo (Parte 2). *Novos estud. CEBRAP*, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 129-142, Oct. 2017.

ISRAEL, Liora. L'arme du droit.



GAÏTI, Brigitte; ISRAËL, Liora. Sur l'engagement du droit dans la construction des causes, *Politix*, n° 62, 2003, p. 17-30.  
ISRAËL, Liora. Usages militants du droit dans l'arène judiciaire : le cause lawyering. *Droit et société*. 49-2001. P. 793-824.  
ISRAËL, Liora. *L'arme du droit*. Paris: Presses de Sciences-po. 2009.

**Unidade V:**

KANT DE LIMA, Roberto. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada. *Anuário Antropológico/2009*, v.2, 2010. pp. 25-51.

KANT DE LIMA, Roberto. *A Antropologia da Academia: quando os índios somos nós*. Niterói: EdUFF, 1997. 65p.

KANT DE LIMA, R. 2012 "Antropologia Jurídica". In A. C. de Souza Lima (org.) *Antropologia e Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos*. Brasília: ABA; Blumenau: Nova Letra; Rio de Janeiro: LACED/Museu Nacional, pp. 35-54, ISBN 978-85-7740-126-0.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. 2008 "O Ofício do Antropólogo, ou Como Desvendar Evidências Simbólicas". *Anuário Antropológico/2006*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, pp. 9-30. 2011 "A dimensão simbólica dos direitos e a análise de conflitos". *Revista de Antropologia* volume 53(2) 451-473.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. 2002/2011 *Direito Legal e Insulto Moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. (2ª Edição, com novo Prefácio). Rio de Janeiro: Garamond – (Coleção Direitos, conflitos e segurança pública): Introdução e capítulos 2, 6 e 7.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. Controlando o poder de matar: uma leitura antropológica do tribunal do Júri. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. Etnografia dissonante dos tribunais do júri. *Tempo Social*, v.19, n. 2, p. 111-129, 2007.

LUPETTI BAPTISTA, Bárbara G. A crença no princípio (ou mito) da imparcialidade judicial. *REED*, v. 7, p. 203-223, 2020.

LUPETTI BAPTISTA, Bárbara G. "A minha verdade é a minha justiça": dilemas e paradoxos sobre o princípio da imparcialidade judicial. *Cadernos de campo*, v. 22, p 301-3014, 2013

**TEXTOS E DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA WEB**

**OBSERVAÇÃO: NESTE CAMPO, O DOCENTE PODERÁ INSERIR LINKS PARA FACILITAR O ACESSO A TEXTOS E DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA WEB**

**INFORMAÇÕES ADICIONAIS (PREENCHIMENTO OPCIONAL)**

30/11/2020: início do 2º período letivo  
01/12/2020: **1º aula**  
08/12/2020: feriado Municipal  
15/12/2020: **2º aula**  
20/12/2020: recesso de Natal  
03/01/2021: término do recesso de Natal  
05/01/2021: **3º aula**  
12/01/2021: **4º aula**  
19/01/2021: **5º aula**  
26/01/2021: **6º aula**  
02/02/2021: **7º aula**



FACULDADE DE DIREITO UFMG

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UFMG

09/02/2021: **8º aula**  
16/02/2021: Recesso carnaval  
23/02/2021: **9º aula**  
02/03/2021: **10º aula**  
09/03/2021: **11º aula**  
16/03/2021: **12º aula**  
23/03/2021: **13º aula**  
30/03/2021: **14º aula**  
31/03/2021: fim do 2º período letivo

---

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

Av. João Pinheiro, 100 - 11º andar - Centro - Belo Horizonte - MG - Brasil - 30130-180  
Fone: (31) 3409.8635 ou (31) 3409.8636 - E-mail: [pos@direito.ufmg.br](mailto:pos@direito.ufmg.br) - <http://www.pos.direito.ufmg>